



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638777 - SP (2021/0002452-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DOUGLAS TEODORO FONTES E OUTROS
ADVOGADOS : DOUGLAS TEODORO FONTES - SP222732
MARCELO LEAL DA SILVA - SP268285
FRANCIELI FAZAN GARCIA - SP394830
GABRIELLA MURARI POSSETI - SP391958
RENAN ANTON DEL MOURO - SP451076
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO MARQUES FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO MARQUES FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0004372-20.2020.8.26.0154).

O paciente cumpre a reprimenda no regime fechado.

Os impetrantes sustentam que o paciente é reincidente, não se tratando, contudo, de reincidência específica em crime hediondo, razão pela qual deve ser retificado o atestado de pena, para constar a exigência do cumprimento de 40% da sanção para progressão de regime, nos termos da Lei n. 13.964/2019, que alterou a redação do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

Requerem, liminarmente, a retificação do cálculo de pena do paciente, para que seja exigido o cumprimento de 40% da reprimenda para promoção de regime prisional e expedição do alvará de soltura. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente